

# Congresso vota em julho lei orçamentária

Como não podem entrar em férias antes da votação da LDO, parlamentares devem aproveitar para votar também o IPMF e reajuste de salário.

ARY RIBEIRO

BRASÍLIA — O semestre parlamentar termina quarta-feira, mas o Congresso, mesmo sem convocação extraordinária, continuará funcionando até o dia 10 ou 15 de julho para concluir a votação ao menos das questões mais urgentes, como a regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e o reajuste mensal dos salários — já aprovados pela Câmara, presidida por Inocêncio Oliveira.

A Constituição estabelece que o funcionamento do Congresso não será interrompido enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Seu exame está atrasado por causa das alterações na composição da Comissão de Orçamento, incumbida de dar o parecer. A nova comissão teve seus integrantes designados quinta-feira e só será instalada dia 30.

André Dusek/AE — 15/1/92



**Inocêncio Oliveira**

Sessões deverão ir pelo menos até 10 de julho

## O que deputados e senadores ainda precisam votar

Esta é a situação dos principais assuntos em exame no Congresso, incluídos os projetos do plano econômico do governo:

Para exame em sessão conjunta da Câmara e do Senado

### Medidas Provisórias

- **Multa** — Reduz multas mediante o pagamento antecipado do tributo. O prazo venceu dia 26, sem deliberação do Congresso. A MP deverá ser reeditada.
- **Habitação** — Define o Plano de Equivalência Salarial para reajuste das mensalidades da casa própria. O prazo venceu dia 26, sem deliberação. A MP deverá ser mais uma vez reeditada.
- **Social** — Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social. Prazo: 29 de junho. Já foi reeditada uma vez. Está pronta para votação.
- **Advocacia** — Dispõe sobre a remuneração de cargos em comissão da recém-organizada Advocacia-Geral da União e revoga a lei que beneficia empresas para efeito de Imposto de Renda. Prazo: 15 de junho. Já reeditada quatro vezes.
- **Notas** — Cria as Notas do Tesouro Nacional. Prazo: 15 de junho.

### Outras proposições

- **LDO** — O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1994 chegou ao Congresso dia 16 de abril. Será examinado pela nova Comissão Mista de Orçamento, a ser instalada quarta-feira. Pela Constituição, o Congresso não pode entrar em recesso sem aprovar essa lei.
- **Plurianual** — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o biênio 94/95. Encontra-se no Congresso desde maio e também tem de ser examinado pela Comissão de Orçamento.
- **Vetos** — Existem 64 vetos presidenciais aguardando o pronunciamento dos parlamentares, alguns dos quais ainda do início do governo Collor. Serão votados em bloco, por meio de cédula única. Mas devido ao prolongamento das sessões da Câmara, ocupada com o IPMF e o reajuste salarial, isso não pôde ser feito na semana passada.

### No Senado (já aprovados pela Câmara)

- **Ouvidoria** — Dispõe sobre a estrutura e a competência da Ouvidoria-Geral da República. Aprovado em 26 de maio.
- **Compulsório** — Regulamenta a devolução do empréstimo compulsório cobrado ao tempo do governo Sarney (1986) sobre compra de veículos e combustíveis. Aprovado pela Câmara em 26 de maio.
- **Inamps** — Extingue o Inamps, passando suas atribuições para a área do Serviço Único de Saúde. Aprovado pela Câmara em 16 de junho.
- **Serviços** — Regulamenta a concessão e a exploração de serviços públicos. Aprovado pela Câmara no início do ano.
- **LDB** — Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Aprovada em maio pela Câmara, depois de uma tramitação de quatro anos.
- **Patentes** — Regulamenta os direitos sobre a propriedade industrial. Chegou ao Senado na quinta-feira e foi encaminhado às comissões.

- **IPMF** — Regulamenta a cobrança do imposto sobre movimentação financeira. Também chegou quinta-feira. Mas poderá ser votado esta semana em regime de "urgência urgentíssima". Se alterado, voltará à Câmara.
- **Salário** — Estabelece o sistema de reajuste mensal. Chegou também quinta-feira e, como o IPMF, poderá ser votado esta semana. Se alterado, voltará à Câmara.
- **Desemprego** — Projeto que prorroga o prazo da lei que, por causa da recessão, reduziu as exigências para o pagamento do auxílio-desemprego. Como o prazo expira dia 30, a matéria será incluída automaticamente na ordem do dia de terça-feira.

### Na Câmara (pauta de votações)

- **Privatização** — Permite a participação de até 100% de capital estrangeiro na privatização de estatais.
- **Carreiras** — Dispõe sobre o plano de carreiras nas áreas de ciência e tecnologia do serviço público federal. Há acusações de conter um "trem de alegria" ao classificar até datilógrafos como assistentes de pesquisa.
- **Seguridade** — Trata das alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade do servidor público civil dos poderes da União.
- **Concorrência** — Refere-se à repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência. Transforma em autarquia o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- **Entorpecentes** — Cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes.
- **Ceme** — Dá nova estrutura à Central de Medicamentos (Ceme). Retirado da pauta e devolvido às comissões técnicas porque o governo, quinta-feira, desistiu de lhe conferir urgência.
- **Veículos** — Estabelece estímulos à exportação de veículos e suas peças. O governo retirou também o pedido de urgência e o projeto voltou às comissões.
- **Cinema** — Institui mecanismos de incentivo à produção de filmes.
- **Dívida** — Projeto já aprovado pelo Senado autorizando a conversão em cruzeiros da dívida externa brasileira para financiamento de projetos destinados ao desenvolvimento do Nordeste.

### Na área das comissões técnicas

- **Espacial** — Criação da Agência Espacial Brasileira.
- **Trânsito** — Projeto do novo Código Nacional do Trânsito. Por se tratar de matéria mais extensa e complexa, será examinada por uma comissão especial a ser instalada dia 29. Não terá a velocidade dos outros projetos do governo nem a demora comum aos códigos.
- **Rolagem** — Continua na Comissão de Finanças o projeto do governo que estabelece normas para a rolagem da dívida dos Estados com a União. Pode ser requerida e votada esta semana a "urgência urgentíssima", caso em que a matéria seria imediatamente colocada em votação no plenário.
- **Lucro** — Ficará para mais tarde a votação do projeto da Comissão de Trabalho que regulamenta a participação dos trabalhadores no lucro ou resultado das empresas.